

Presidente

Secretária

**ATA DA REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAMEGO, REALIZADA NO
DIA 29 DE OUTUBRO DE 2013, NO SALÃO NOBRE DO MUNICÍPIO DE
LAMEGO**

PRESENCAS

Presidente da Câmara Municipal, Francisco Manuel Lopes e os senhores Vereadores Manuel António Rebelo Ferreira, José Fernandes Pereira, Armínio José Teixeira Mendes, Marina Castro Sepúlveda do Valle Teixeira, Jorge Guedes Osório Augusto, e Isolina Augusta Rodrigues Guerra.

AUSÊNCIAS

Não se verificou nenhuma ausência.

SECRETARIOU

Assistente Técnica do Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais, Mabilde Rosa Pinto Lopes.

ABERTURA (COD 02)

O senhor Presidente da Câmara Municipal declarou aberta a reunião às nove horas e trinta minutos e deu de imediato início ao período antes da ordem do dia, dando a palavra aos senhores Vereadores.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Nos termos do disposto no artigo 52º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

EXÉRCITO (COD. 24)

O senhor **Vereador Armínio José Teixeira Mendes** começou por se referir ao Dia do Exército, que decorreu no fim-de-semana passado, afirmando o desconforto que os Vereadores do PS tiveram em relação ao protocolo da cerimónia do dia do Exército. Afirmou que tal não resultou de uma falha do Exército Português, mas sim de uma sequência de acontecimentos que, em tempo, não foram acautelados pela Câmara Municipal. Considera que se tratou de uma situação grave, não tanto pelos incómodos criados aos vereadores do

Presidente

Secretária

Partido Socialista, mas pelos munícipes em geral do concelho de Lamego e, principalmente, aos eleitores que os elegeram. De qualquer forma agradeceu, publicamente, ao senhor José Pinto, Chefe de Gabinete do senhor Presidente, que, com o seu empenhamento, capacidade e competência, se disponibilizou para tentar minimizar os problemas à última da hora, solicitando ao senhor Presidente da Câmara que situações deste tipo possam ser evitadas futuramente.

De seguida, a título pessoal, agradeceu ao senhor Presidente da Câmara a oportunidade que teve de receber na Câmara a Estrutura Superior do Exército e de num momento poder saudar camaradas e amigos de longa data. De qualquer forma a cerimónia podia ter sido mais abrilhantada se tivessem presentes representantes de todos os grupos parlamentares com assento na Assembleia Municipal.

O senhor **Presidente da Câmara Municipal** questionou o Sr. Vice-presidente da câmara se também se tinha sentido o mesmo desconforto que os senhores vereadores do partido socialista.

O senhor **Vice-Presidente da Câmara** referiu que mais importante do que o protocolo o fundamental para todos os lamecenses é que, efetivamente, a cerimónia das comemorações do Dia do Exército se tenha efetuado no concelho de Lamego.

O senhor **Presidente da Câmara Municipal** referiu que, efetivamente, o cumprimento do protocolo por parte do Exército foi irrepreensível, na realização desta iniciativa em Lamego sendo que, em relação aos convites dirigidos ao Município, seguiu a lista do protocolo que lhes foi fornecida, no início do mês de setembro de 2013, quando foi decidido celebrar esta cerimónia do Dia do Exército em Lamego. Acontece que, nessa altura, não se sabia quem iam ser os vereadores eleitos e, portanto, foram convidados os vereadores que, nessa data, ainda estavam em funções.

Referiu, ainda, que convidou os senhores vereadores e o senhor Presidente da Assembleia Municipal para receção oficial ao Senhor General Chefe de Estado-Maior do Exército, realizada no salão nobre do edifício da Câmara Municipal, não fazendo sentido convidar toda a assembleia municipal para esse momento protocolar. Referiu ainda que, para a visita efetuada à exposição patente na

Presidente

Secretária

avenida Alfredo de Sousa e à apresentação de capacidades do exército, para que foi convidado pelo senhor General CEME, compareceu acompanhado pelo Sr. Vereador Jorge Osório, tendo o senhor presidente da assembleia municipal e o senhor Vice-presidente assistido às exposições junto da população.

Considera que foi um evento muito interessante, que dignificou o Exército e a cidade de Lamego, e que mostrou a total ligação que Lamego tem à instituição militar. Mostrou, ainda, o interesse, a preocupação e o cuidado com que o Chefe de Estado-Maior do Exército, Major General Artur Pina Monteiro, olha para unidades militares que estão sedeadas no interior, mostrando, inclusive, a capacidade que está instalada em Lamego e nas cidades vizinhas de Viseu e Vila Real, que é muito importante, e que pensa que dá esperança de que o Exército vai manter-se cá e isso será importante para todos, não só para os militares que estão nas unidades e as suas famílias, mas também para a cidade e a sua vida económica e social.

Considerou, ainda, que está foi uma cerimónia de grande dignidade e de grande significado, ao mesmo tempo que mostrou as capacidades e potencialidades de um espaço renovado da cidade como são a Av. Dr. Alfredo de Sousa, o Largo da Feira e o Pavilhão Multiusos, sendo que este equipamento já foi usado como espaço de apoio logístico à cerimónia. E, portanto, afirmou que pessoalmente ficou muito satisfeito com a forma como decorreu esta comemoração do Dia do Exército em Lamego.

OBRAS MUNICIPAIS (COD. 41)

O senhor **Vereador Armínio José Teixeira Mendes** solicitou ao senhor Presidente esclarecimentos quanto à obra do “Eixo Barroco” dizendo que tem lido e ouvido comentários acerca dessa obra, sendo que a intenção é retirar as viaturas do centro da cidade e devolver aos peões o centro. Através do cartaz publicitário colocado recentemente é possível verificar que vai ser construído um parque de estacionamento e a recuperação da Central de Camionagem e que faz a ligação entre o Eixo Barroco e a Av. D. Afonso Henriques. A pergunta que faz ao senhor Presidente é: *“Por onde vão passar os autocarros quando saírem da Central de Camionagem com destino à A24?”*

Presidente

Secretária

O senhor **Presidente da Câmara Municipal** respondeu ao senhor Vereador Armínio Mendes dizendo que os autocarros vão subir a Av. Visconde Guedes teixeira, Av. Alfredo de Sousa, Rotunda Fernando Amaral, Retiro dos Passarinhos, Desterro, A24. Em alternativa podem passar o túnel e ir à rua Alexandre Herculano ou subir a Av. 5 de Outubro e ir pela rua de Fafel. Esta obra vai servir para retirar os carros estacionados da avenida, mudando os hábitos do tráfego da cidade e acabando com a travessia da avenida pelo trânsito parasita que não se destina ao comércio e serviços da zona e que vai utilizar o caminho alternativo que é a Rotunda Fernando Amaral. A avenida vai ficar sem estacionamento na plataforma central, mantendo-se o estacionamento na envolvente, do lado do passeio e nascendo um novo parque de estacionamento na zona das bombas de gasolina da Repsol e no reperfilamento da avenida da Central de Camionagem. Esse espaço novo será separado da obra do Eixo Barroco, nomeadamente da praça mais monumental e patrimonial que será envolvida pelos edifícios do Museu de Lamego, do Teatro Ribeiro Conceição da Messe de Oficiais e da Sé Catedral e será separado do espaço exterior por um novo edifício que vai nascer e que se destina a Centro de Informação Turística. O acesso à Central de Camionagem vai continuar a ser feito através da Rua Cardoso Avelino, Rua Macário de Castro e Central de Camionagem, e o retorno vai ser feito subindo as avenidas Visconde Guedes Teixeira e Alfredo de Sousa, como referiu anteriormente. Contudo os autocarros que pretenderem podem ir pelo túnel, à rua Alexandre Herculano, embora não faça muito sentido pelo princípio que se está a definir.

FINANÇAS (COD 27)

Dando cumprimento à deliberação da Câmara Municipal, datada da reunião ordinária realizada no dia 22 de janeiro do corrente ano, na qual foi autorizado um parecer genérico favorável à celebração e renovação de contratos de prestação de serviços, nos termos do n.º 4 e n.º 10 do artigo 75.º da Lei do Orçamento de Estado (LOE) para 2013, o senhor Presidente da Câmara Municipal, deu conhecimento ao executivo da lista de contratos de serviços realizados no período de 1 de julho a 18 de outubro de 2013.

Deliberação: O Executivo tomou conhecimento.

Presidente

Secretária

RESUMO DIÁRIO DE TESOUREARIA (COD 55-A)

O senhor Presidente da Câmara Municipal deu conhecimento ao executivo do resumo diário de tesouraria, datado de 24 de outubro de 2013, cuja dotação orçamental é de 1.332.903,46€ e dotação não orçamental é de 168.460,98€.

Deliberação: O Executivo tomou conhecimento.

ORDEM DO DIA**01-ASSUNTO: ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 15 DE OUTUBRO DE 2013 (COD 03)**

Presente à reunião, para deliberação, a ata da reunião ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 15 de outubro de 2013, cuja leitura foi dispensada, por maioria, em virtude de o texto ter sido fornecido a todos os membros da Câmara Municipal e o seu conteúdo ter sido aprovado em minuta.

Deliberação: Aprovada, por maioria, com os votos a favor do senhor Presidente da Câmara e dos senhores Vereadores Marina Castro Sepúlveda do Valle Teixeira e Jorge Guedes Osório Augusto e as abstenções dos senhores Vereadores José Fernandes Pereira, Manuel António Rebelo Ferreira, Armínio José Teixeira Mendes e Isolina Augusta Rodrigues Guerra, por não fazerem parte do anterior Executivo.

02-ASSUNTO: ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 24 DE OUTUBRO DE 2013 (COD 03)

Presente à reunião, para deliberação, a ata da reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 24 de outubro de 2013, cuja leitura foi dispensada, por unanimidade, em virtude de o texto ter sido distribuído previamente a todos os membros da Câmara Municipal e o seu conteúdo ter sido aprovado em minuta.

Deliberação: Aprovada por unanimidade.

03-ASSUNTO: INTEGRAÇÃO DE CONSUMOS DE ÁGUA NO TARIFÁRIO ESPECIAL SOCIAL (COD 01)

Presidente

Secretária

REQUERENTE: ANTÓNIO SOARES DOS ANJOS

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 488/01/13 do senhor Vereador da Proteção Civil, do Ambiente e Serviços Urbanos, referindo que o senhor António Soares dos Anjos solicitou, ao abrigo do n.º 1 do artigo 106º do Regulamento do Serviço de Abastecimento Público de Água, do Serviço de Saneamento de Águas Residuais Urbanas e do Tarifário da Prestação de Serviços, a integração dos seus consumos de água no tarifário social previsto no Capítulo XI, artigo 1º/1.1.2.3 da Tabela Geral das Taxas e Licenças do Município de Lamego.

Mais refere que consta no relatório elaborado pelos serviços de Ação Social que o requerente reúne os requisitos que lhe permitem usufruir do referido tarifário, pelo que propõe à Câmara Municipal que delibere a integração dos consumos de água da instalação predial n.º 26902 de António Soares dos Anjos, naquele tarifário.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

04-ASSUNTO: PEDIDO DE PAGAMENTO DA DÍVIDA DE ÁGUA EM PRESTAÇÕES (COD 01)**REQUERENTE: ERMELINDA GONÇALVES**

Presente à reunião proposta de deliberação n.º 489/01/13 do senhor Vereador da Proteção Civil, do Ambiente e Serviços Urbanos, referindo que, em 26 de agosto de 2013, a senhora Ermelinda Gonçalves, na qualidade de inquilina de Manuel Bernardo Rodrigues, residente no Lugar de Ordens - Penude, solicitou o pagamento da dívida de água referente à instalação n. 12408, em 16 prestações mensais de 18,96€, iguais e sucessivas. Neste momento a dívida ascende ao montante de 303,37€, acrescido de juros de mora, referente à faturação de água dos meses de outubro de 2012 a junho de 2013.

Face ao exposto, propõe à Câmara Municipal a aprovação do referido pedido, sendo que ao valor de cada prestação acresce juros de mora calculados no dia de liquidação.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

Presidente

Secretária

05-ASSUNTO: PEDIDO DE PAGAMENTO DA DÍVIDA DE ÁGUA EM PRESTAÇÕES (COD 01)**REQUERENTE:** JOÃO MANUEL PIRES DA RUA

Presente à reunião proposta de deliberação n.º 490/01/13 do senhor Vereador da Proteção Civil, do Ambiente e Serviços Urbanos, referindo que, em 1 de outubro de 2013, o senhor João Manuel Pires da Rua, residente no Lugar de Vila Nova - Magueija, solicitou o pagamento da dívida de água referente à instalação n. 2356, em 10 prestações mensais no valor de 11,55€, iguais e sucessivas. Neste momento a dívida ascende ao montante de 115,51€, acrescido de juros de mora, referente à faturação de água dos meses de dezembro de 2011 a junho de 2013.

Face ao exposto, propõe à Câmara Municipal a aprovação do referido pedido, sendo que ao valor de cada prestação acresce juros de mora calculados no dia de liquidação.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

06-ASSUNTO: PEDIDO DE APLICAÇÃO DE TARIFAS DE FUGAS (COD. 01)**REQUERENTE:** LUÍS BASTOS

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 491/01/13, do senhor Vereador da Proteção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos, para que, face ao teor da informação n.º 750/DMSU, de 8 de outubro de 2013, seja autorizada a retificação da fatura n.º 101726, do mês de agosto de 2013, no valor de 327,10€, referente à instalação de água n.º 4036, tendo por base a tarifa de fugas prevista no Tarifário da Prestação de Serviços de Abastecimento de Água e Tratamento de Águas Residuais e de Recolha de Resíduos Sólidos (Anexo I, Capítulo XI da Tabela Geral de Taxas e Licenças), passando o valor corrigido a ser de 102,18€.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

07-ASSUNTO: PEDIDO DE RESTITUIÇÃO DE VALOR PAGO PELA TARIFA DE SANEAMENTO (COD 01)**REQUERENTE:** JOSÉ GOUVEIA FONSECA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 492/01/13 do senhor Vereador da Proteção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos que vem acompanhada da

Presidente

Secretária

informação n.º 705/DMSU, de 26 de setembro de 2013, informando que o senhor José Gouveia Fonseca requereu a restituição do crédito de 27,87€, relativo ao pagamento das componentes fixa e variável da tarifa de saneamento, entre os meses junho de 2012 a junho de 2013, tendo em conta que a habitação do requerente nunca esteve ligada à rede pública de saneamento, devido à diferença de cotas que impossibilita a drenagem dos efluentes produzidos. Assim, propõe à Câmara Municipal a restituição de 27,87€, ao senhor José Gouveia Fonseca.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

08-ASSUNTO: AUTO DE NOTÍCIA POR CONTRAORDENAÇÃO (COD 17)

INFRATOR: MANUEL SALVADOR GOMES

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 493/17/13 do senhor Presidente da Câmara Municipal, que vem acompanhada da informação n.º 417/DAC, de 29 de agosto de 2013, que aqui se dá por integralmente reproduzida, propondo à Câmara Municipal que delibere determinar a notificação do infrator Manuel Salvador Gomes, para, no prazo máximo de oito dias úteis, contados da respetiva notificação, proceder à remoção dos vasos afixados com cimento no chão, frente à residência do infrator identificado em epígrafe, sem autorização desta Câmara Municipal, ocupando a via pública.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

09-ASSUNTO: AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA LANÇAMENTO DE FOGO-DE-ARTIFÍCIO E FOGO DE BALONAS (COD 26)

REQUERENTE: FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DE PARA DO BISPO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 494/26/13 do senhor Presidente da Câmara, para que seja ratificado o seu despacho, datado de 16 de outubro de 2013, no qual autorizou o lançamento de fogo-de-artifício e fogo de balonas, nos dias 31 de outubro de 2013, das 21.00h às 22.00h e 1 de novembro de 2013, das 08.00h às 15.00h, no âmbito da realização das Festas de Todos os Santos de 2013, a realizar no Lugar do Cerro em Parada do Bispo, desde que não sejam lançados balões com mecha acesa ou qualquer tipo de foguetes.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

Presidente

Secretária

10-ASSUNTO: FIXAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL DO IRS PARA O ANO DE 2014 (COD 27)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 495/27/13 do senhor Presidente da Câmara Municipal propondo à Câmara Municipal, nos termos do n.º 1 e n.º 2 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, a manutenção da percentagem fixada para o ano de 2014, de uma participação de 5% de IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no Concelho de Lamego, relativa aos rendimentos do ano 2013 a cobrar em 2014, calculada sobre a respectiva coleta líquida das deduções previstas no n.º 1 do artigo 78º do Código do IRS, com afetação às despesas municipais, e, posterior comunicação, por via eletrónica, à AT – Autoridade Tributária e Aduaneira, de acordo com o n.º 2 do artigo 20º da Lei das Finanças Locais.

Mais propõe, que a presente proposta seja submetida à aprovação da Assembleia Municipal, para efeitos de cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Deliberado: Aprovado, por maioria, nos termos propostos, com os votos contra dos senhores Vereadores do Partido Socialista.

O senhor **Vereador Armínio José Teixeira Mendes** proferiu a seguinte declaração de voto: *“Todos nós sabemos que Portugal, neste momento, lidera em segundo lugar o maior aumento de impostos da Europa e é o primeiro dos países que estão a ser resgatados. Sabemos, também, que na própria Assembleia da República, os partidos que suportam a maioria parlamentar tencionam reduzir os cortes previstos nas pensões e nos salários e admitem mesmo que a taxa de IRS seja reduzida. Todos nós sabemos também, que a crise económica e social a nível nacional é mais sentida aqui em Lamego quando segundo os dados fornecidos pelo INE nós somos o concelho que tem a terceira taxa maior de desemprego. Consideramos que tentar atingir a taxa máxima no IRS é só penalizar ainda mais os munícipes do concelho de Lamego e que a sua redução, pelo contrário é a transmissão de uma mensagem de esperança e de acreditar na possibilidade de um futuro melhor. Por isso os Vereadores do Partido Socialista consideram que a fixação desta taxa é demasiado elevada e sugerem a fixação de uma taxa mais baixa.”*

Presidente

Secretária

O senhor **Vereador Manuel António Rebelo Ferreira** proferiu a seguinte declaração de voto: *“Tendo em conta a atual conjuntura económica e social do país e todo o esforço que está a ser pedido à população em geral, os vereadores do PS, consideram que se justificava uma redução das tarifas e impostos municipais. Nem a adesão do nosso município ao PAEL (Programa de Apoio à Economia Local), justifica, que o município aplique as taxas máximas. O executivo tem margem de manobra para oscilações nas reduções. Por este motivo, consideramos que é injusto estar a resolver os problemas financeiros do município à custa das famílias, das empresas e dos cidadãos em geral. Assim, é importante promover o equilíbrio o mais rapidamente possível das contas da autarquia. Deste modo, estamos em condições de recuperar novamente o livre exercício da ação autárquica sem condicionantes ou limitações externas e tornar a ganhar autonomia municipal. Para que possamos ajudar as populações na satisfação das suas necessidades e para possamos defender os seus interesses temos de restituir normalidade às contas públicas do município. E esta preocupação não deve ser olhada como uma questão menor, mas como uma prioridade da ação governativa do município. Se o município tivesse as contas públicas em ordem, poderia aligeirar a carga fiscal dos munícipes e abdicar, a favor dos contribuintes do concelho 2% do montante a que tem direito em sede do IRS, nos termos da lei das finanças locais. Assim, defendemos o estabelecimento da taxa de 3% com devolução aos munícipes de 2 %. Sabemos e reconhecemos que esta receita de participação variável no IRS significa uma importante contribuição para o desenvolvimento e valorização do território local em áreas essenciais da atividade municipal. Contudo, tendo em conta a difícil situação económica que hoje se verifica em muitas famílias e agregados familiares, justificava-se que o executivo demonstrasse uma sensibilidade uma consciência social acrescida e optasse por uma redução da participação variável do IRS.”*

O senhor **Presidente da Câmara Municipal** proferiu o seguinte: *“O senhor Vereador Manuel Ferreira já referiu as justificações que nos levaram a apresentar esta proposta de fixação de IRS, só não referiu uma justificação, que é o facto das pessoas que, efetivamente, sofrem privações e que têm situações de desemprego ou de salários baixos não pagam IRS, ou pagam apenas um*

Presidente

Secretária

valor residual e que, portanto, não são beneficiadas nem prejudicadas por esta medida. Por isso, não aceitamos fazer uma redução de IRS que não seja escalonada de acordo com o rendimento efetivo e real dos contribuintes, ou seja, que não beneficie, efetivamente, aqueles que ganham menos e que não pudesse, de alguma forma, penalizar aqueles que ganham mais. Ou seja, não aceitamos que não seja permitido pedirmos um contributo adicional aos que ganham mais, para que a Câmara possa continuar a ter os cerca de 700.000€ de receita que representa esta medida e que esse contributo venha efetivamente dos que têm maiores rendimentos e que esse seja, precisamente, um contributo dos que têm mais para os que têm menos. A lei não permite essa discriminação de isenção faseada do IRS e como não o permite, a nossa intenção é, como foi, desde 2007, quando entrou em vigor a nova Lei das Finanças Locais que previu, pela primeira vez, esta medida, a de não isentar a totalidade dos 5% de IRS que são receita do município."

11-ASSUNTO: FIXAÇÃO DA TAXA DA DERRAMA PARA O ANO DE 2014 (COD 27)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 496/27/13 do senhor Presidente da Câmara Municipal propondo à Câmara Municipal, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 14º e do n.º 2 do artigo 12º da Lei das Finanças Locais (Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro), o seguinte:

- A aprovação da fixação da taxa de Derrama em 1,5% para os sujeitos passivos e não isentos do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (IRC) e com um volume de negócios em 2013 superior a 150.000,00€, nos termos do n.º 1 do artigo 14.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro;
- A aprovação da isenção da Derrama para os sujeitos passivos e não isentos do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (IRC) e com um volume de negócios em 2013 inferior e igual a 150.000,00€, nos termos do n.º 2 do artigo 12.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro.

Mais propõe, que a presente proposta seja submetida à aprovação da Assembleia Municipal, para efeitos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com o n.º 1 do artigo 14º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro.

Presidente

Secretária

Deliberado: Aprovado, por maioria, nos termos propostos, com os votos contra dos senhores Vereadores do Partido Socialista.

O senhor **Vereador Arminio José Teixeira Mendes** proferiu a seguinte declaração de voto: *“Neste momento as pequenas e médias empresas estão como todos sabemos descapitalizadas, sem capacidade de financiamento e por isso sem possibilidades de fazerem investimentos. Julgo que a Taxa da Derrama que é aplicada a partir de 150.000€, é só para reduzidas empresas que ainda tem algum valor e capacidade para poder fazer em Lamego algum investimento. Se analisarmos os concelhos à nossa volta, verificamos que os concelhos de Tarouca e Castro Daire têm uma taxa da Derrama a 0%, embora os concelhos de Peso da Régua e Resende apresentem valores idênticos ao de Lamego. Considerando que as políticas públicas que têm sido implementadas no interior não têm produzido os efeitos pretendidos, considero que era fundamental que esta taxa fosse eliminada para ver se conseguíamos atrair investimentos para o concelho e desta forma criarmos emprego, consumo no comércio e assim algum desenvolvimento económico e social em Lamego.”*

O senhor **Vereador Manuel António RebeloFerreira**, proferiu a seguinte declaração de voto: *“É usual que a derrama seja aplicada à taxa máxima de 1,5% sobre o lucro tributável. No entanto, a fixação das taxas de derrama, podem variar entre 0% e 1,5%, dependendo das intenções e objetivos que o executivo tem no que concerne ao desenvolvimento económico do seu Concelho.*

Sabemos que a decisão representa abdicar de alguma verba que será útil para a autarquia. Contudo, é uma questão de prioridade, cuidado, sensibilidade sobre a matéria em apreço, atendendo à situação que o país atravessa. Entendemos que a fixação de níveis de derrama, a isenção durante um determinado período temporal, ou a isenção completa, seria uma forma de não se sobrecarregar as empresas e traduzia o esforço que o executivo estaria a fazer a favor da economia local, no sentido do crescimento de emprego e um estímulo para a instalação de mais empresas no Concelho, tornando-o mais competitivo e atractivo.”

O senhor **Presidente da Câmara Municipal** proferiu o seguinte: *“O comércio tradicional e o pequeno negócio está já isento de derrama, porque normalmente*

Presidente

Secretária

e infelizmente, fatura menos de 150.000€. Menos de 25% das empresas do nosso concelho têm faturação superior a 150.000€ e dessas apenas uma pequena parte apresenta lucros e, portanto, é tributada em sede da taxa da Derrama, que é, ainda assim, apenas de 1,5% sobre o IRC que é cobrado. Quem mais paga são algumas empresas de grande dimensão e de implantação nacional, na área da energia, das comunicações, da banca, dos correios, que ainda têm lucros consideráveis, que têm instalações em Lamego, mas que estão sedeadas fora, sendo estas que pagam a maior parte desse volume financeiro que é cobrado a título de Derrama, às quais, obviamente, nós temos de pedir um contributo que possa ser reinvestido no concelho, em benefício de toda a atividade económica municipal.”

12-ASSUNTO: FIXAÇÃO DA TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM PARA O ANO DE 2014 (COD 33-A)

Presente proposta de deliberação n.º 497/33-A/13 do senhor Presidente da Câmara Municipal para que, nos termos da Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro, não seja fixada qualquer taxa municipal de direitos de passagem e, por conseguinte, não se proceda à sua aplicação, por se entender que não devem ser os consumidores finais a pagar a taxa prevista naquela legislação, mas sim as empresas de comunicação.

Mais propõe que, este assunto seja submetido à Assembleia Municipal, para cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com a alínea b) do n.º 2 do artigo 106º da Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro.

Deliberado: Aprovado por unanimidade.

O senhor **Vereador Manuel António Rebelo Ferreira** proferiu a seguinte declaração de voto: *“Embora esta taxa não seja aplicada de forma direta aos municípios, seria aplicada pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicação e electrónica e depois canalizadas para o município. Teria, por isso, um impacto negativo no orçamento das famílias. Neste sentido, os vereadores do PS, votam a favor da sua não aplicação. Pensamos, porém, que a mesma lógica e coerência devia ser aplicada a outros impostos e taxas. Se assim procedesse o executivo estaria a dar um sinal claro de solidariedade em*

Presidente

Secretária

tempos de crise e austeridade proporcionando uma melhor qualidade de vida aos seus munícipes através do aumento do rendimento disponível das famílias."

13-ASSUNTO: FIXAÇÃO DAS TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS RESPEITANTES AO ANO 2013 A LIQUIDAR EM 2014 (**COD 33-A**)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 498/33-A/13 do senhor Presidente da Câmara Municipal, que vem acompanhada da informação n.º 473/DFP, de 21 de outubro de 2013, referindo que, nos termos do artigo 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), compete aos Municípios, mediante deliberação da Assembleia Municipal, fixar a taxa a aplicar em cada ano, dentro dos intervalos previstos nas alíneas b) e c) do n.º 1 do citado artigo e constantes na informação.

Assim, propõe que seja fixada a taxa a aplicar nos prédios urbanos a que se refere a alínea b) em 0,8% e a taxa a aplicar nos prédios urbanos a que se refere a alínea c) em 0,4%.

Mais, propõe que o assunto seja remetido à Assembleia Municipal, para cumprimento do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

Deliberado: Aprovado, por maioria, nos termos propostos, com os votos contra dos senhores Vereadores do Partido Socialista.

O senhor **Vereador Armínio José Teixeira Mendes** proferiu a seguinte declaração de voto: "A taxa do IMI tem três níveis os prédios rústicos, os prédios urbanos não avaliados e os prédios urbanos avaliados. Os prédios urbanos em Lamego quase todos se encontram avaliados nos termos do CIMI e a Câmara está a pedir a fixação da taxa em 0,4%. Quando a maioria das Câmaras que já fixaram o IMI para 2014 mantiveram ou baixaram para 0,3 as suas taxas, conforme se verifica no mapa que se apresenta, para desta forma minimizar aos seus munícipes a austeridade que se planeia para 2014, a nossa pretende manter o mesmo valor. Lembramos que o Dr. Paulo Portas, quando esteve em Viseu, afirmou que deveria de haver uma preocupação de todos nós em investir essencialmente em pessoas e não no betão, pelo que propomos uma alteração à taxa a fixar, com as justificações que o Vereador Manuel Ferreira irá apresentar."

Presidente

Secretária

O senhor **Vereador Manuel António Rebelo Ferreira** proferiu a seguinte declaração de voto: *“A asfixia económica a que as famílias portuguesas têm estado sujeitas tem sido enorme. Justifica-se, por isso, que os municípios dentro dos instrumentos estratégicos que possuem possam, neste momento, mais difícil da vida política e económica demonstrar uma gestão de solidariedade para com os munícipes. Assim, consideramos que não tem grande sentido manter as taxas do IMI coladas aos valores máximos permitidos e, deste modo, estabilizar este tipo de receita à custa de muitas famílias e empresas. Pensamos, que o Município de Lamego, dentro de um espírito de solidariedade e de atenção que deve ter para com os seus munícipes, deveria baixar as taxas do IMI para 2014. Assim, propomos para prédios urbanos não avaliados – taxa máxima de 0,6% e para prédios avaliados a taxa máxima de 0,3%.*

Estamos em crer que, uma proposta mais minimalista e redutora, ainda que simbólica, em relação à redução de determinados impostos é sempre um caminho a considerar para a fixação das populações e para uma classe média que tanto tem sido penalizada por este Governo.”

O senhor **Presidente da Câmara Municipal** proferiu o seguinte: “Se de facto, acha uma proposta insignificante, a que o senhor Vereador Manuel Ferreira acaba de fazer, mas que representa uma redução de receita para o Município de Lamego de cerca de 600.000€, esse não é o nosso entendimento, como nunca foi entendimento do partido socialista que quando esteve no executivo, definiu e manteve a taxa de IMI em 0,4%. Está é uma receita que vem, obviamente, de imóveis relativamente recentes e que foram reavaliados em sede de IMI e que, portanto, são propriedade de pessoas que genericamente têm condições financeiras para os deter, contrariamente a um conjunto ainda muito significativo de lamecenses que não têm património e que por isso estão isentos do pagamento deste imposto. Assim, entendemos que não se justifica mexer na taxa de IMI, que de resto, foi o executivo socialista que o definiu e o fixou para 0,4%, quando na altura o mínimo de IMI era de 0,2% e poderiam ter fixado em 0,3% ou mesmo 0,2% e até numa altura em que o peso desta receita nas receitas municipais era bastante inferior na medida em que a distribuição do fundo do equilíbrio financeiro era mais generosa do que é hoje, depois de ter cortes consecutivos ano após ano. Estes cortes que têm sido feitos têm também

Presidente

Secretária

o objetivo de obrigar os municípios a encontrar receitas próprias que terão de vir naturalmente da tributação do património e da atividade económica que se desenrola no concelho. Portanto, esta é também uma medida de autonomia e de maioridade do poder local, ou seja, termos a capacidade de decidir sobre os nossos próprios impostos.”

14-ASSUNTO: CEDÊNCIA DO PRÉDIO URBANO INSCRITO NA MATRIZ DA FREGUESIA DE LAMEGO COMO COMPENSAÇÃO EM ESPÉCIE DAS TAXAS CALCULADAS, NO ÂMBITO DOS PROCESSOS DE OBRAS N.º 43/2001 E N.º 377/2006 (**COD. 47**)

REQUERENTE: JOSÉ DE ALMEIDA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 499/47/13 do senhor Presidente da Câmara Municipal, que vem acompanhada da informação n.º 394/DFP, datada de 16 de setembro de 2013, e da avaliação do prédio urbano inscrito na matriz da freguesia de Almacave, sob o artigo n.º 3605, e descrito na CRP, sob o n.º 2320/20080423, que surge no seguimento da proposta do requerente onde propôs o pagamento em espécie, das taxas urbanísticas calculadas no âmbito dos processos de obras n.º 43/2001 e n.º 377/2006. A avaliação foi realizada por um perito da lista oficial, tendo sido atribuído o valor de 200.000,00 €.

Face ao exposto, propõe à Câmara Municipal:

- 1) Aceitar a cedência do prédio urbano inscrito na matriz da freguesia de Almacave, sob o artigo n.º 3605, e descrito na CRP sob o n.º 2320/20080423, como compensação em espécie das taxas urbanísticas calculadas no âmbito dos processos de obras n.º 43/2001 e n.º 377/2006.
- 2) Decidir sobre a proposta do promotor que o diferencial possa ser utilizado para pagamento da taxa que vier a ser calculada aquando da emissão da licença de utilização, uma vez que tal possibilidade não está prevista no Regulamento Municipal de Urbanismo e Edificação do Município de Lamego, sendo consequentemente, uma situação omissa, nos termos do disposto no artigo 41º do referido regulamento, pelo que compete à Câmara aceitar, ou não, tal proposta.

Presidente

Secretária

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aceitar a cedência do prédio urbano inscrito na matriz da freguesia de Almacave, sob o artigo n.º 3605, e descrito na CRP sob o n.º 2320/20080423, como compensação em espécie das taxas urbanísticas calculadas no âmbito dos processos de obras n.º 43/2001 e n.º 377/2006.

Mais deliberou, igualmente por unanimidade, aceitar a proposta do promotor de que o diferencial possa ser utilizado para pagamento da taxa que vier a ser calculada aquando da emissão da licença de utilização.

15-ASSUNTO: CONTRATO DE COMODATO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE LAMEGO E O GRUPO REGIONAL DE DANÇAS E CANTARES DE MAGUEIJA (**COD. 47**)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 500/47/13 do senhor Presidente da Câmara Municipal, referindo que o Centro Regional de Danças e Cantares de Magueija, desenvolve a sua atividade na recolha de trajes, etnografia, danças e cantares e outras tradições da nossa terra acerca de quinze anos. Essa recolha é efetuada junto das pessoas mais idosas e idóneas, sendo o principal objetivo dar maior expansão e popularidade da nossa região.

Este grupo tem participado em inúmeras festas e romarias, marchas populares, festivais nacionais e internacionais, necessitando de um local onde possa, divulgar o seu trabalho de recolha, de convívio e principalmente um espaço onde possa ensaiar.

Com o encerramento das antigas escolas primárias, estes espaços devem novamente ser disponibilizados ao serviço das populações, transformando-os em espaço multifuncionais a serem utilizados pelas Associações da Freguesia, com fins culturais ou sociais, de apoio a jovens e idosos.

Face ao exposto, proponho a cedência por comodato por um período de cinco anos, ao Centro Regional de Danças e Cantares de Magueija, para instalação da sua sede, salvo se denunciado por qualquer das partes outorgantes, do imóvel sito em Magueija, freguesia de Magueija e concelho de Lamego, descrito na Conservatória do Registo Predial de Lamego sob o n.º 2508/02290508, da mesma freguesia, e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 980, composto

Presidente

Secretária

por de 1 pavimento e logradouro, com a área coberta de 245,15 m2 e descoberta de 2.075,15 m2, que corresponde à antiga escola primária.

Deliberação: Retirado da ordem de trabalhos.

16-ASSUNTO: CONTRATO DE COMODATO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE LAMEGO E O CENTRO SOCIAL CULTURAL E RECREATIVO DE MAGUEIJA (**COD. 47**)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 501/47/13 do senhor Presidente da Câmara Municipal, referindo que o Centro Social Cultural e recreativo de Magueija, tem com objetivo a assistência à Terceira Idade e a pessoas mais desfavorecidas, acolhendo-as na sede do Centro, o incremento de atividades culturais e sociais, na preservação do património natural e construído, na recolha e tratamento de temas populares e objetos da etnografia local, e o desenvolvimento e promoção de atividades na área de desporto e lazer.

Com o encerramento das antigas escolas primárias, estes espaços devem novamente ser disponibilizados ao serviço das populações, transfonando-as em espaços multifuncionais a serem utilizados pelas Associações da Freguesia, com fins culturais ou sociais, de apoio a jovens e idosos.

Face ao exposto, propõe à Câmara Municipal a cedência por comodato por um período de cinco anos, ao Centro Social Cultural e Recreativo de Magueija, para instalação da sua sede, salvo se denunciado por qualquer das partes outorgantes, de um imóvel sito no lugar do Barreiro, freguesia de Magueija e concelho de Lamego, descrito na Conservatória do Registo Predial de Lamego sob o n.º 01655/10042002, da mesma freguesia, e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 621, composto por de 1 pavimento e logradouro, com a área coberta de 226,00 m2 e descoberta de 2.000,00 m2, que corresponde à antiga escola primária do cabeço, Magueija.

Deliberação: Retirado da ordem de trabalhos.

17-ASSUNTO: REVOGAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DA REUNIÃO DA CÂMARA REALIZADA, NO DIA 3/9/2013 E APROVAÇÃO DA MINUTA DOS PROTOCOLOS DE PARCERIA A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE LAMEGO E AS ASSOCIAÇÕES DE FREGUESIA (**COD. 47**)

Presidente

Secretária

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 505/20/13 do senhor Presidente da Câmara Municipal, propondo à Câmara Municipal que delibere no sentido de revogar a deliberação da reunião ordinária da Câmara Municipal, ponto n.º 5, realizada no dia 3 de setembro de 2013, exclusivamente na parte em que se refere às minutas dos protocolos de parceria a celebrar entre o Município de Lamego e as Associações de Freguesias abaixo discriminadas, no âmbito do Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré – Escolar:

Fornecimento de refeições escolares e prolongamento do horário de funcionamento das crianças da educação pré-escolar

Entidade	2013	2014	Total
Associação de Freguesias do Norte do Município de Lamego	39.095,84 €	68.417,72 €	107.513,56 €
Associação de Freguesias do Sul do Município de Lamego	9.488,48 €	16.604,84 €	26.093,32 €

Subsídio (auxílios económicos) para as refeições escolares das crianças da educação pré-escolar

Entidade	2013	2014	Total
Associação de Freguesias do Norte do Município de Lamego	7.958,46€	11.303,32€	19.261,78€
Associação de Freguesias do Sul do Município de Lamego	3.022,20€	4.292,40€	7.314,60€

Mais propõe à Câmara Municipal a aprovação das minutas dos protocolos de parceria a celebrar entre o Município de Lamego e as Associações de Freguesia abaixo discriminadas, a vigorar durante o ano letivo 2013/2014:

Fornecimento de refeições escolares e prolongamento do horário de funcionamento das crianças da educação pré-escolar

Entidade	2013	2014	Total
Associação de Freguesias do Norte do Município de Lamego	43.840,08 €	85.022,56 €	128.862,64€
Associação de Freguesias do Sul do Município de Lamego	4.744,24 €	0,00€	4.744,24€

Subsídio (auxílios económicos) para as refeições escolares das crianças da educação pré-escolar

Presidente

Secretária

Entidade	2013	2014	Total
Associação de Freguesias do Norte do Município de Lamego	9.403,86€	15.595,72€	24.999,58€
Associação de Freguesias do Sul do Município de Lamego	1.576,80€	0,00€	1.576,80€

Deliberação: Aprovado, por unanimidade, nos termos propostos.

18-ASSUNTO: REVOGAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DA REUNIÃO DA CÂMARA REALIZADA NO DIA 3/9/2013 E APROVAÇÃO DA MINUTA DOS PROTOCOLOS DE PARCERIA A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE LAMEGO E AS ASSOCIAÇÕES DE FREGUESIA (COD. 20)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 506/20/13 do senhor Presidente da Câmara Municipal, propondo à Câmara Municipal que delibere no sentido de revogar a deliberação da reunião ordinária da Câmara Municipal, ponto n.º 6, realizada no dia 3 de setembro de 2013, exclusivamente na parte em que se refere às minutas dos protocolos de parceria a celebrar entre o Município de Lamego e as Associações de Freguesias abaixo discriminadas, no âmbito do Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1º CEB:

Fornecimento de refeições escolares aos alunos do 1º ciclo do ensino básico

Associações de Freguesia	2013	2014	Total
Associação de Freguesias do Norte do Município de Lamego	32.004,96€	45.456,32€	77.461,28€
Associação de Freguesias do Sul do Município de Lamego	6.171,36€	8.765,12€	14.936,48€

Subsídio (auxílios económicos) para as refeições escolares dos alunos do 1º ciclo

Associações de Freguesia	2013	2014	Total
Associação de Freguesias do Norte do Município de Lamego	15.715,44€	22.320,48€	38.035,92€
Associação de Freguesias do Sul do Município de Lamego	8.663,64€	12.304,88€	20.968,52€

Presidente

Secretária

Mais propõe à Câmara Municipal a aprovação das minutas dos protocolos de parceria a celebrar entre o Município de Lamego e as Associações de Freguesia abaixo discriminadas, a vigorar durante o ano letivo 2013/2014:

Fornecimento de refeições escolares aos alunos do 1º ciclo do ensino básico

Associações de Freguesia	2013	2014	Total
Associação de Freguesias do Norte do Município de Lamego	34.956,48€	54.221,44€	89.177,92€
Associação de Freguesias do Sul do Município de Lamego	3.219,84€	0,00€	3.219,84€

Subsídio (auxílios económicos) para as refeições escolares dos alunos do 1º ciclo

Associações de Freguesia	2013	2014	Total
Associação de Freguesias do Norte do Município de Lamego	19.858,92€	34.625,36€	54.484,28€
Associação de Freguesias do Sul do Município de Lamego	4.520,16€	0,00€	4.520,16€

Deliberação: Aprovado, por unanimidade, nos termos propostos.

19-ASSUNTO: PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DE FUNCIONAMENTO DOS CENTROS ESCOLARES DE LAMEGO, LAMEGO N.º 2, LAMEGO-SUDESTE E LAMEGO-SUL (**COD. 20**)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 507/20/13 do senhor Presidente da Câmara Municipal, que vem acompanhada das minutas dos protocolos a celebrar entre o Município de Lamego e as Associações de Freguesias do Norte e do Sudeste do Município de Lamego, que visam criar as condições para garantir o normal funcionamento dos Centros Escolares de Lamego, Lamego n.º 2, Lamego-Sudeste e Lamego-Sul, nomeadamente no apoio ao serviço de refeições escolares aos alunos do 1.º ciclo do ensino básico, às atividades curriculares, à manutenção das instalações e ao serviço de portaria e vigilância.

Assim, propõe à Câmara Municipal que sejam aprovadas as referidas minutas dos Protocolos, nos termos do artigo 128º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que definem os seguintes pagamentos:

Presidente

Secretária

Associação de Freguesias		Novembro e dezembro de 2013	Janeiro a agosto de 2014	Total
Norte	CE Lamego	7.666,66€	30.666,66€	38.333,32€
	CE Lamego-Sul	4.333,32€	17.333,34€	21.666,66€
Sudeste	CE Lamego-Sudeste	4.983,32€	19.933,34€	24.916,66€
	CE Lamego N.º 2	2.000,00€	8.000,00€	10.000,00€
Total		18.983,30 €	75.933,34 €	94.916,64 €

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

20-ASSUNTO: COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO NA FREGUESIA DE BRITIANDE (**COD 62**)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 503/62/13 do senhor Vereador da Proteção Civil, do Ambiente e Serviços Urbanos, para que seja autorizada a colocação da seguinte sinalização de trânsito, na freguesia de Britiande:

- Na rua de Sto. António um sinal de sentido único (H3) no entroncamento da EN226 com a rua de Sto. António e um sinal de sentido proibido (C1), no sentido oposto, no largo do Mártir S. Sebastião.
- Na rua do Mártir S. Sebastião um sinal único (H3) no largo do Mártir S. Sebastião e um sinal de sentido proibido (C1) do lado oposto, no entroncamento com a EN226.

A sinalização referida está regulamentada pelo Dec. Regulamentar 22-A/98, de 1 de outubro, alterado pelo Dec. Regulamentar n.º 41/2002, de 20 de agosto.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

21-ASSUNTO: COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO NA FREGUESIA DE LAMEGO (ALMACAVE E SÉ) (**COD 62**)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 504/62/13 do senhor Vereador da Proteção Civil, do Ambiente e Serviços Urbanos, para que seja autorizada a colocação da seguinte sinalização de trânsito horizontal (marca longitudinal) na

Presidente

Secretária

Av. D. Egas Moniz, na saída da Ponte Nova, na freguesia de Lamego (Almacave e Sé):

- Linha rodoviária descontínua M2 paralela à linha contínua M1.

A sinalização anteriormente referida está regulamentada pelo (Dec. Regulamentar 22-A/98 de 01.10 e alterado pelo Dec. Regulamentar n.º 41/2002 de 20.08).

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

APÓS A ORDEM DO DIA

Havendo necessidade de incluir os seguintes assuntos no período após a ordem do dia, e para efeitos de cumprimento do disposto no artigo 50.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara e dos Vereadores da Coligação “Todos Juntos por Lamego” e os votos contra dos Vereadores do Partido Socialista, apreciá-los.

22-ASSUNTO: AUTORIZAÇÃO GENÉRICA PARA DISPENSA DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (**COD 27**)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 508/27/13 do senhor Presidente da Câmara, do seguinte teor:

“No seguimento da publicação da Lei n.º 8/2012, de 21 fevereiro, que estabelece as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas, carece de autorização prévia da Assembleia Municipal, a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita a autorização prévia.

Considerando o disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, adaptado à Administração Local, que determina que a abertura de procedimento relativo a despesas que dêem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, designadamente com a aquisição de serviços e bens através de locação com opção de compra, locação financeira, locação-venda ou compra a prestações com encargos, não pode ser

Presidente

Secretária

efetivada sem prévia autorização conferida pelo Órgão Deliberativo salvo quando:

- a) Resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;*
- b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 € em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos.*

Considerando que, a obtenção de prévia autorização da Assembleia Municipal, nos termos anteriormente configurados, irá, procedimentalmente, determinar que todos os procedimentos de contratação pública, com efeitos económicos plurianuais, tendo como objeto as áreas de intervenção acima mencionadas e constantes no artigo 6.º, sob a epígrafe “compromissos plurianuais”, só podem, legalmente, ser iniciados com adoção da decisão administrativa de contratar, desde que se encontre conquistado tal formalismo.

Considerando, ainda, que nos termos do quadro legal em vigor, a Assembleia Municipal tem, anualmente, cinco sessões ordinárias, em fevereiro, abril, junho, setembro e novembro ou dezembro, situação que pode, administrativamente, tornar a aplicação de tal mecanismo de difícil execução prática;

Considerando, também, a obtenção, por parte do órgão deliberativo, de parecer genérico favorável à assunção de tais compromissos financeiros plurianuais, em situação devidamente justificada, designadamente pela sua diminuta expressão financeira, poderá vir a introduzir maior simplicidade a tal procedimento, sem comprometer o princípio da legalidade que lhe está subjacente;

Considerando, finalmente, a falta de regulamentação da referida lei não impede que se proponha a emissão de autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais.

Face aos considerandos enunciados propõe, face ao exposto:

1. Que seja aprovada, pelo órgão executivo municipal, a presente proposta de pedido de autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais.

2. Caso a presente proposta seja aprovada pelo Órgão Executivo Municipal, que a mesma deverá ser submetida à Assembleia Municipal para que esta, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21/02, e em reforço do consentimento legal previsto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º

Presidente

Secretária

197/99 de 8 de junho, delibere emitir autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, nos casos seguintes:

- a) Resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;*
- b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58€ em cada um dos anos económicos seguintes aos da sua contratação e o prazo de execução de três anos.*

3. A assunção de compromissos plurianuais a coberto da autorização prévia concedida nos termos do número anterior, vem introduzir maior simplicidade ao nível administrativo/procedimental, agilizando, pela aplicação da lei, a sua execução prática, sem comprometer o princípio da legalidade e requisitos legais, atualmente em vigor, na assunção e execução da despesa.

4. Em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal deverá ser presente uma listagem com os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica concedida.”

Deliberado: Aprovado, por maioria, nos termos propostos, com os votos contra dos senhores Vereadores do Partido Socialista.

O senhor Vereador Manuel António Rebelo Ferreira proferiu a seguinte declaração de voto: *“Esta proposta tem a posição desfavorável e o voto contra dos vereadores do PS. Esta postura tem por base uma questão de princípio e prende-se com a leitura política que faz dos poderes da Assembleia Municipal.*

Estamos face a uma proposta que retira àquele órgão a possibilidade de exercer as suas competências, nomeadamente o exercício do poder e o dever de acompanhar e fiscalizar a gestão autárquica. Cada órgão deve assumir as suas competências só assim se assegura o respeito pelos princípios do rigor, transparência e prudência, que devem nortear a atuação dos órgãos eleitos. Pensamos que admitir esta autorização é furtar-nos ao debate, ao contraditório e ao escrutínio.”

O senhor **Presidente da Câmara Municipal** proferiu o seguinte: *“É evidente que, em termos funcionais, esta medida é imperativa e, em termos de transparência, tenho de dizer que ela em nada afeta a transparência da gestão e a participação e acompanhamento dos senhores Vereadores no processo de decisão e dos senhores membros da Assembleia, tanto mais que hoje mesmo prestei contas a esta Câmara Municipal e prestarei à Assembleia Municipal do*

Presidente

Secretária

conjunto de despesas que foram autorizadas ao abrigo desta medida, relativas ao segundo semestre deste ano.”

23-ASSUNTO: CONTRATO DE COMODATO A CELEBRAR COM A REAL IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS (COD 47)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 509/44/13 do senhor Presidente da Câmara, propondo à Câmara Municipal que seja aprovada a minuta do contrato de comodato a celebrar entre o Município de Lamego e a Real Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios, tendo por objetivo colaborar no desenvolvimento do programa Valorização e Qualificação Ambiental e Territorial do Património Cultural, a executar na valorização e requalificação patrimonial do Escadório de Nossa Senhora dos Remédios e seu Património Vegetal conhecido por “Mata dos Remédios” e estruturas que os integrem.

Deliberado: Aprovado, por maioria, com os votos a favor do senhor Presidente e dos restantes senhores Vereadores presentes e a abstenção do senhor Vereador Manuel António Rebelo Ferreira, que proferiu a seguinte declaração de voto: *“Abstenho-me, nesta proposta, por considerar que não estou na posse de todas as informações e conhecimentos que me permitam decidir de modo esclarecido sobre o assunto. Só tive acesso ao processo durante a reunião o que inviabiliza o meu estudo e análise criteriosa. Contudo, após as explicações prestadas pelo senhor Presidente da Câmara, considero admitir que o “Programa e valorização e qualificação ambiental e territorial do património cultural, a executar na valorização e requalificação patrimonial do escadório da Nossa Senhora dos Remédios”, é uma mais-valia e um benefício para a comunidade geral. Todavia, atendendo às dificuldades económicas e financeiras do município, que são muitas e graves, tenho dúvidas sobre a prioridade deste investimento.”*

24-ASSUNTO: QUIOSQUE DA RUA DE FAFEL (COD 44)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 510/47/13 do senhor Presidente da Câmara, do seguinte teor:

“Manuel de Oliveira e a sua filha Vera Lúcia Pinto de Oliveira, por requerimento, datado de 28 de agosto de 2013, solicitaram à Câmara Municipal autorização

Presidente

Secretária

para o primeiro ceder à sua referida filha, a "exploração do Quiosque de Fafel, sito em frente ao Centro de Saúde ... nos mesmos moldes em que aquele já figurava". Para o efeito refere que, face ao seu estado de saúde, não se sente capaz de assumir as responsabilidades, com diligência e zelo, que aquela exploração exige e, como tal, solicita a cedência da sua posição à sua filha Vera, que se encontra desempregada.

Compulsado o processo constata-se que, por requerimento datado de 23.04.1992, Manuel de Oliveira solicitou a atribuição do direito de ocupação de um espaço de domínio público na Rua de Fafel, para instalação de um quiosque. Por deliberação da Câmara Municipal tomada na reunião de 04.05.1992, foi aprovado, por unanimidade, o pedido condicionando a localização e projeto do mesmo a informação do Sr. Diretor de Departamento Técnico.

O executivo camarário, em reunião de 08.02.1993 aprovou o modelo de quiosque a colocar na Rua de Fafel e autorizou a ocupação com 2 módulos de 2,25m cada de espaço de domínio público, mediante o pagamento da respetiva taxa mensal que deveria ser paga adiantadamente entre o dia 1 e o dia 8 de cada mês.

O Regulamento municipal de ocupação do espaço público no Município de Lamego define no seu artigo 3º, alíneas b) e n), respetivamente que:

- ocupação do espaço público - qualquer implantação, utilização ou instalação feita por meio de qualquer estrutura, equipamento, mobiliário urbano ou suporte publicitário, em espaço pertencente ao domínio público, incluindo o solo e o espaço aéreo;*
- quiosque - elemento de mobiliário urbano de construção aligeirada, com definição do espaço interior, constituído por base, corpo, cobertura, balcão, toldo e expositores.*

Nos termos do artigo 15º deste Regulamento, o pedido de mudança de titularidade da licença de ocupação do espaço público depende de requerimento dirigido ao Presidente da Câmara Municipal, sendo a mesma averbada ao título.

Relativamente à utilização do domínio público pelos particulares, o Prof. Marcello Caetano (in Direito Administrativo, vol. II,) refere que "o uso privativo ao domínio público é aquele que é consentido a uma ou algumas pessoas determinadas, com base num título jurídico individual, que ficam com o direito de privar qualquer outra pessoa da

Presidente

Secretária

utilização que lhes foi permitida. O direito de uso privativo só se constitui por título especial - acto administrativo ou contrato.

O uso privativo do domínio público permitido através de uma licença é um título r precário. É exemplo de uso privativo consentido mediante licença, a instalação na via pública de quiosque."

O uso privativo não é em regra gratuito: os particulares são obrigados ao pagamento de taxas calculadas em função da área a ocupar e do valor das utilidades proporcionadas, sendo o prazo da licença fixado de acordo com tempo necessário para a amortização dos capitais investidos.

"Os direitos de uso privativo são em geral transmissíveis, obtido o consentimento da entidade que os conferiu. Deve considerar-se nula a transmissão não autorizada previamente, excepto nos casos de sucessão mortis causa em que a transmissão para os herdeiros é válida independentemente da autorização, tornando-se, no entanto, a concessão rescindível pela Administração, se isso lhe convier." (obra citada).

O direito de uso privativo pode extinguir-se por conveniência do interesse público. As licenças, precárias, podem ser revogadas a todo o tempo sem que por isso o particular tenha direito a qualquer indemnização. Já no caso das concessões, estas só podem ser objeto de rescisão por conveniência do interesse público, mediante o pagamento ao particular de uma indemnização equivalente ao valor das obras realizadas que ainda não estiver amortizado, calculado em função do tempo que faltar para terminar o prazo da concessão."

Assim, propõe à Câmara Municipal que delibere decidir se autoriza, ou não, a transmissão do direito de ocupação do espaço de domínio público na Rua de Fafel, onde está instalado o quiosque, para Vera Oliveira, filha do atual titular desse direito precário.

Deliberação: Retirado da ordem de trabalhos, devendo regressar na próxima reunião.

25-ASSUNTO: PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA PROVIMENTO DO CARGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 2º GRAU – CHEFE DE DIVISÃO ADMINISTRATIVA E DE COORDENAÇÃO (COD 44)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 511/44/13 do senhor Presidente da Câmara, do seguinte teor:

"Considerando que:

Presidente

Secretária

- a) A Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, procedeu à adaptação à administração local da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, e 64/2011, de 22 de dezembro, que aprovou o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado;
- b) O Regulamento da Organização dos Serviços do Município de Lamego, que integra o organograma, foi aprovado pela Câmara Municipal, na sua reunião ordinária de 04/12/2012 e em sessão ordinária da Assembleia Municipal de 17/12/2012;
- c) Ao abrigo do n.º 7 do artigo 25.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, foram mantidas, por razões de oportunidade e de carácter funcional, as comissões de serviço dos dirigentes do Município em funções à data da entrada em vigor daquele preceito normativo, até ao final do respetivo período de duração das mesmas e, apenas, durante o período de tempo em que persistissem as referidas razões, tendo como consequência a suspensão dos efeitos das alterações decorrentes da adequação orgânica;
- d) Nesse contexto procedeu-se à criação, entre outras, da Divisão Administrativa e de Coordenação, a que corresponde o cargo de direção intermédia de 2.º grau, com produção de efeitos à data da cessação da comissão de serviço do dirigente em funções, ou seja, a 22 de outubro de 2013;
- e) A Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, que procede à adaptação à Administração Local da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua atual redação, introduziu alterações no recrutamento dos cargos dirigentes, nomeadamente no que concerne à forma de designação e composição do júri;
- e) O júri do recrutamento é designado por deliberação da assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal, de acordo com o preceituado no n.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto;
- f) Nos termos dos artigos 12.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto e artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, os titulares de cargos de direção intermédia de 2.º grau, deverão ser recrutados de entre trabalhadores em funções públicas contratados ou designados por tempo indeterminado, que detenham licenciatura;

Presidente

Secretária

g) Urge a necessidade de assegurar a direção, programação, organização e coordenação de todas as atividades operativas, da Divisão Administrativa e de Coordenação, necessárias ao cumprimento dos objetivos do planeamento e gestão definidas no orçamento e plano de atividades;

Assim, propõe à Câmara Municipal:

1.º Que delibere autorizar o provimento do cargo de direção intermédia de 2.º grau – Chefe de Divisão Administrativa e de Coordenação, permitindo a abertura do seguinte procedimento concursal:

Modalidade da Relação Jurídica: Comissão de Serviço.

Cargo: Direção Intermédia de 2.º Grau – Chefe de Divisão Administrativa e de Coordenação.

Regime: Cargo não inserido em carreiras.

Habilitação Literária e/ou Profissional: Licenciatura.

Descrição da Habilitação: Preferencialmente licenciatura em Administração Regional e Autárquica.

Perfil: Os candidatos deverão possuir os seguintes requisitos:

- Sejam trabalhadores em funções públicas contratados ou designados por tempo indeterminado;*
- Competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direção, coordenação e controlo na área ou cargo a prover;*
- Quatro anos de experiência profissional em funções, cargos, carreiras ou categorias para cujo exercício ou provimento seja exigível uma licenciatura;*
- Experiência no exercício de funções de cargos dirigentes;*
- Capacidade de gestão e motivação de equipas, bem como para promover o trabalho em equipa; e*
- Autoconfiança, boa capacidade de comunicação e de relacionamento interpessoal;*
- Conhecimentos teórico-práticos sobre a problemática da administração regional e autárquica e sobre o funcionamento e atividade dos seus órgãos.*

Descrição da Área de Atuação: Traduz-se no exercício das competências definidas no artigo 15.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto e no âmbito das competências previstas para a Divisão Administrativa e de Coordenação no regulamento de reorganização, estrutura e funcionamento desta edilidade,

Presidente

Secretária

publicitado na 2.ª série do Diário da República em 08/01/2013, sem prejuízo de outras competências que lhe venham a ser cometidas no âmbito da regulamentação interna dos serviços e eventualmente as competências que lhe forem delegadas nos termos da lei.

2.º Que nos termos do n.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto seja submetido para designação pela Assembleia Municipal a seguinte proposta de composição do júri do procedimento concursal, constituído nos termos do n.º 2 e 3 do artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, por um presidente, designado de entre personalidades de reconhecidos mérito profissional, credibilidade e integridade pessoal, e dois vogais, os quais foram selecionados de entre personalidades de reconhecido mérito profissional, credibilidade e integridade pessoal, sendo que um deles deve exercer funções preferencialmente na área dos recursos humanos ou da Administração Pública, a saber:

Presidente:

Maria de Lourdes Maia Veiga de Figueiredo, Chefe da Divisão de Obras Municipais da Câmara Municipal de Lamego.

Vogais:

Vítor Manuel Costa Pereira Rodrigues, Professor Coordenador com Agregação da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e Artur António Teixeira Gomes da Silva, Secretário-Geral da Associação de Municípios Douro Sul.”

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar o provimento do cargo de direção intermédia de 2.º grau – Chefe de Divisão Administrativa e de Coordenação, permitindo a abertura do respetivo procedimento concursal, nos termos propostos.

Mais foi deliberado, igualmente por unanimidade, que este assunto seja submetido à apreciação da Assembleia Municipal, para designação da composição do júri do procedimento concursal, nos termos do artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, conforme proposto.

26-ASSUNTO: PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA PROVIMENTO DO CARGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 2º GRAU – CHEFE DE DIVISÃO DE FINANÇAS E PATRIMÓNIO (COD 44)

Presidente

Secretária

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 512/44/13 do senhor Presidente da Câmara, do seguinte teor:

“Considerando que:

- a) A Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, procedeu à adaptação à administração local da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, e 64/2011, de 22 de dezembro, que aprovou o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado;*
- b) O Regulamento da Organização dos Serviços do Município de Lamego, que integra o organograma, foi aprovado pela Câmara Municipal, na sua reunião ordinária de 04/12/2012 e em sessão ordinária da Assembleia Municipal de 17/12/2012;*
- c) Ao abrigo do n.º 7 do artigo 25.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, foram mantidas, por razões de oportunidade e de carácter funcional, as comissões de serviço dos dirigentes do Município em funções à data da entrada em vigor daquele preceito normativo, até ao final do respetivo período de duração das mesmas e, apenas, durante o período de tempo em que persistissem as referidas razões, tendo como consequência a suspensão dos efeitos das alterações decorrentes da adequação orgânica;*
- d) Nesse contexto procedeu-se à criação, entre outras, da Divisão de Finanças e Património, a que corresponde o cargo de direção intermédia de 2.º grau, com produção de efeitos à data da cessação da comissão de serviço do dirigente em funções, ou seja, a 19 de novembro de 2013;*
- e) A Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, que procede à adaptação à Administração Local da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua atual redação, introduziu alterações no recrutamento dos cargos dirigentes, nomeadamente no que concerne à forma de designação e composição do júri;*
- e) O júri do recrutamento é designado por deliberação da assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal, de acordo com o preceituado no n.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto;*
- f) Nos termos dos artigos 12.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto e artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, os titulares de cargos de direção intermédia de 2.º*

Presidente

Secretária

grau, deverão ser recrutados de entre trabalhadores em funções públicas contratados ou designados por tempo indeterminado, que detenham licenciatura;

g) Urge a necessidade de assegurar a direção, programação, organização e coordenação de todas as atividades operativas, da Divisão de Finanças e Património, necessárias ao cumprimento dos objetivos do planeamento e gestão definidas no orçamento e plano de atividades;

Assim, propõe à Câmara Municipal:

1.º Que delibere autorizar o provimento do cargo de direção intermédia de 2.º grau – Chefe de Divisão de Finanças e Património, permitindo a abertura do seguinte procedimento concursal:

Modalidade da Relação Jurídica: Comissão de Serviço.

Cargo: Direção Intermédia de 2.º Grau – Chefe de Divisão de Finanças e Património

Regime: Cargo não inserido em carreiras.

Habilitação Literária e/ou Profissional: Licenciatura.

Descrição da Habilitação: Preferencialmente licenciatura em Contabilidade e Finanças Públicas.

Perfil: Os candidatos deverão possuir os seguintes requisitos:

- Sejam trabalhadores em funções públicas contratados ou designados por tempo indeterminado;*
- Competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direção, coordenação e controlo na área ou cargo a prover;*
- Quatro anos de experiência profissional em funções, cargos, carreiras ou categorias para cujo exercício ou provimento seja exigível uma licenciatura;*
- Experiência no exercício de funções de cargos dirigentes;*
- Capacidade de gestão e motivação de equipas, bem como para promover o trabalho em equipa; e*
- Autoconfiança, boa capacidade de comunicação e de relacionamento interpessoal;*

Descrição da Área de Atuação: Traduz-se no exercício das competências definidas no artigo 15.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto e no âmbito das competências previstas para a Divisão de Finanças e Património no regulamento de reorganização, estrutura e funcionamento desta edilidade, publicitado na 2.ª

Presidente

Secretária

série do Diário da República em 08/01/2013, sem prejuízo de outras competências que lhe venham a ser cometidas no âmbito da regulamentação interna dos serviços e eventualmente as competências que lhe forem delegadas nos termos da lei.

2.º Que nos termos do n.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto seja submetido para designação pela Assembleia Municipal a seguinte proposta de composição do júri do procedimento concursal, constituído nos termos do n.º 2 e 3 do artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, por um presidente, designado de entre personalidades de reconhecidos mérito profissional, credibilidade e integridade pessoal, e dois vogais, os quais foram selecionados de entre personalidades de reconhecido mérito profissional, credibilidade e integridade pessoal, sendo que um deles deve exercer funções preferencialmente na área dos recursos humanos ou da Administração Pública, a saber:

Presidente:

Maria de Lourdes Maia Veiga de Figueiredo, Chefe da Divisão de Obras Municipais da Câmara Municipal de Lamego.

Vogais:

Vítor Manuel Costa Pereira Rodrigues, Professor Coordenador com Agregação da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e Artur António Teixeira Gomes da Silva, Secretário-Geral da Associação de Municípios Douro Sul.”

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar o provimento do cargo de direção intermédia de 2.º grau – Chefe de Divisão Administrativa e de Coordenação, permitindo a abertura do respetivo procedimento concursal, nos termos propostos.

Mais foi deliberado, igualmente por unanimidade, que este assunto seja submetido à apreciação da Assembleia Municipal, para designação da composição do júri do procedimento concursal, nos termos do artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, conforme proposto.

27-ASSUNTO: PROCESSO DISCIPLINAR (COD 44)

ARGUIDOS: JORGE MANUEL PINTO GUEDES E ABRAÃO VIEIRA PINTO RIBEIRO

Presidente

Secretária

De acordo com a proposta de deliberação n.º 513/44/2013 do senhor Presidente da Câmara Municipal, relativa ao processo disciplinar acima identificado, que vem acompanhada das conclusões do relatório final do instrutor do processo e que dá como provados os factos imputados ao arguido Jorge Manuel Pinto Guedes, propondo que se aplique ao arguido, nos termos das disposições combinadas dos artigos 3º, nº 1, nº 2 alínea e), nº 7, artigo 9º, nº 1 al. b), 10º nº 2, artigo 16º alínea d) e artigo 20º, todas do Estatuto disciplinar dos trabalhadores que exercem funções públicas, duas penas de multa, na quantia de 46,68 € (quarenta e seis euros e sessenta e oito cêntimos) cada uma, equivalente a duas remunerações base diárias, cada uma delas, no total de 93,36€; propõe, também, nos termos das disposições combinadas dos artigos 3º, nº 1, nº 2 alínea f), nº 8, artigo 9º, nº 1 al. c), 10º nº 3, 17º e artigo 20º do referido Estatuto, a aplicação ao arguido da pena de suspensão pelo período de vinte dias; propõe ainda, nos termos das disposições combinadas dos artigos 3º, nº 1, nº 2 alínea g), nº 9, artigo 9º, nº 1 al. c), 10º nº 3, 17º e 20º, do referido Estatuto, a aplicação ao arguido de duas penas de suspensão pelo período de vinte dias, cada uma. Mais propõe, nos termos das disposições combinadas dos artigos 3º, nº 1, nº 2 alínea a), nº 3, 9º, nº 1 al. c), 10º nº 3, 17º e 20º do Estatuto Disciplinar, a aplicação ao arguido de duas penas de suspensão pelo período de vinte dias, cada uma. Atento o estatuído no artigo 9º, nº 3 do Estatuto Disciplinar dos trabalhadores que exercem funções públicas, propõe a aplicação ao arguido da pena única de suspensão pelo período de vinte e seis dias.

Dão-se, igualmente, como provados os factos imputados referidos no relatório ao arguido Abraão Vieira Pinto Ribeiro, propondo que se aplique ao arguido, nos termos das disposições combinadas dos artigos 3º, nº 1, nº 2 alínea e), nº 7, artigo 9º, nº 1 al. b), 10º nº 2, artigo 16º alínea d) e artigo 20º, todas do Estatuto disciplinar dos trabalhadores que exercem funções públicas, a aplicação ao arguido de duas penas de multa, na quantia de 41,42€ (quarenta e um euros e quarenta e dois cêntimos) cada uma, equivalente a duas remunerações base diárias cada uma delas, no total de € 82,84; propõe, também, nos termos das disposições combinadas dos artigos 3º, nº 1, nº 2 alínea f), nº 8, artigo 9º, nº 1 al. c), 10º nº 3, 17º e artigo 20º do referido Estatuto disciplinar, a aplicação ao arguido da pena de suspensão pelo período de vinte dias; propõe, nos termos

Presidente

Secretária

das disposições combinadas dos artigos 3º, nº 1, nº 2 alínea j), nº 11, artigo 9º, nº 1 al. c), 10º nº 3, 17º e 20º, do Estatuto disciplinar, a aplicação ao arguido da pena de suspensão pelo período de vinte dias; propõe ainda, nos termos das disposições combinadas dos artigos 3º, nº 1, nº 2 alínea g), nº 9, 9º, nº 1 al. c), 10º nº 3, 17º e 20º do referido Estatuto, a aplicação ao arguido de duas penas de suspensão pelo período de vinte dias, cada uma. Mais propõe, nos termos das disposições combinadas dos artigos 3º, nº 1, nº 2 alínea a), nº 3, 9º, nº 1 al. c), 10º nº 3, 17º e 20º do referido Estatuto, a aplicação ao arguido de duas penas de suspensão pelo período de vinte dias, cada uma.

Atento o estatuído no artigo 9º, nº 3 do Estatuto Disciplinar dos trabalhadores que exercem funções públicas, propõe a aplicação ao arguido da pena única de suspensão pelo período de vinte e oito dias.

Deliberado: Analisadas as conclusões do relatório final do instrutor do processo disciplinar, e na sequência da proposta do senhor Presidente da Câmara Municipal, procedeu-se à votação, por escrutínio secreto, nos termos e para efeitos de cumprimento do disposto no nº 3 do artigo 55º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, tendo o executivo deliberado, por maioria, (com quatro votos a favor, dois votos contra e uma abstenção), concordar com as conclusões e fundamentos do relatório final do instrutor, que aqui se dão por integralmente reproduzidos para todos os efeitos legais, aplicando ao arguido Jorge Manuel Pinto Guedes a pena única de suspensão, pelo período de vinte e seis dias. Não se delibera a suspensão da pena aplicada, em virtude de o arguido Jorge Manuel Pinto Guedes ter antecedentes disciplinares, sendo que, na sequência de um processo disciplinar instaurado ao arguido, foi-lhe aplicada a pena única de suspensão, pelo período de 21 dias, tendo sido suspensa a pena pelo período de um ano, a contar da data da sua notificação em 29.11.2011.

Analisadas, igualmente, as conclusões do relatório final do instrutor do processo disciplinar, e na sequência da proposta do senhor Presidente da Câmara Municipal, procedeu-se à votação, por escrutínio secreto, nos termos e para efeitos de cumprimento do disposto no nº 3 do artigo 55º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, tendo o executivo deliberado, por maioria, (com quatro votos a favor, dois votos contra e uma abstenção), concordar com as conclusões e fundamentos do relatório final do instrutor, que aqui se dá por integralmente

Presidente

Secretária

reproduzido para todos os efeitos legais, aplicando ao arguido Abraão Vieira Pinto Ribeiro a pena única de suspensão, pelo período de vinte e oito dias.

Atendendo a que se dá como provado que o arguido não tem antecedentes disciplinares, sendo trabalhador do mapa de pessoal da Câmara Municipal de Lamego, com contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, desde 01.07.1985, nada consta do seu certificado de registo disciplinar junto aos autos, atendendo, também, a que não é conhecida a prática de qualquer infração disciplinar posterior à que se reporta o presente processo, entende-se que a simples censura do comportamento e a ameaça da pena realizam de forma adequada e suficiente as finalidades da punição e prevenção da infração, verificando-se um juízo de prognose social favorável ao arguido, pelo que se delibera suspender a pena aplicada pelo período de um ano, a contar da data da notificação da decisão ao arguido, nos termos do disposto no artigo 25º do E.D.. A suspensão caducará se o trabalhador vier a ser, no seu decurso, condenado novamente em processo disciplinar.

28-ASSUNTO: REQUALIFICAÇÃO DO ESCADÓRIO DO SANTUÁRIO DE NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS (COD. 41)

Presente à reunião a informação n.º 433/DOM, datada de 28 de outubro de 2013, que refere o seguinte:

“O projeto de Requalificação do Escadório do Santuário de Nossa Senhora dos Remédios foi aprovado na reunião ordinária realizada no dia 16 de outubro de 2011, já com o parecer favorável da Direção Regional da Cultura do Norte. Posteriormente a Câmara solicitou apoio técnico àquela Direção, que respondeu afirmativamente, no dia 23 de fevereiro de 2012.

Naquela mesma data, foi autorizada a abertura do procedimento – concurso público, conforme alínea a) do artigo 19 do CCP.

Esta obra foi candidatada ao Programa Operacional Regional do Norte (ON2) – Aviso Património Cultural (PC/1/2009, tendo o município sido notificado em 14.6.2010 da decisão de financiamento favorável da Operação Norte -03-0347-000152 e assinado o contrato de financiamento em 15 de Julho de 2010.

Posteriormente houve uma rescisão deste contrato.

Presidente

Secretária

Há, agora, nova possibilidade de voltar a candidatar as obras que se pretendem efetuar naquele monumento no mesmo programa operacional, cujo Aviso de Abertura foi colocado a 8 de Outubro de 2013. A apresentação desta e de outras candidaturas termina dia 8 de novembro do corrente ano.

Nessa data e para provar a maturidade da candidatura, deverá ser apresentada cópia do Diário da República que prove que o procedimento público já avançou.

Assim, solicita que superiormente se decida, se, se mantém a aprovação do projeto de execução então aprovado e se cabimente de novo a verba para a execução da obra, com fracionamento de verbas para 2014 e 2015, uma vez que esta operação termina em junho de 2015 e ainda que sejam alteradas alguns dos artigos do Caderno de Encargos que foram aprovados, nomeadamente:

1 – Atual verba para a execução da obra é de 990.086,78 €, acrescido do IVA, ou seja, 1.049.491,90 €;

2 – Que se considere que o preço total resultante de uma proposta é anormalmente baixo, quando vier 25% abaixo do custo indicado em 1).

3 – Critério de adjudicação:

b) do n.º 2 do art. 74 do CCP ou seja o PREÇO MAIS BAIXO;

4 – Alvará de empreiteiro de obras públicas:

10.ª subcategoria da 1.ª categoria, a qual tem de ser de classe que cubra o valor global da proposta;

2.ª subcategoria da 4.ª categoria.

5 – Prazo para apresentação das propostas: 11 dias

6 – De acordo com o n.º 1 do art. 67 do CCP o órgão competente para a decisão de contratar deve indicar um júri, constituído no mínimo de 3 elementos (sempre n.º ímpar) e dois suplentes.

Sugiro os seguintes técnicos: Maria de Lourdes Figueiredo, Eng.ª Civil, Luís António de Carvalho Guedes, Eng.º Civil, Margarida João Marinho, Eng.ª Eletrotécnica, André do Cabo Pires, Eng.º Civil e Cláudia Dias, Eng. Civil. Da parte da Direção Regional da Cultura acompanhará o concurso e posteriormente a obra o Dr.º Fernando Ribeiro. Como consultor jurídico sugiro o Dr.º Orlando Vítor Fernandes Nunes.

A hierarquia ou outros nomes, serão indicados pela Câmara.

7 – Prazo de execução: 12 meses.

Presidente

Secretária

8 - *Proponho, também, que as peças concursais sejam aprovadas, nomeadamente: programa de concurso e caderno de encargos.*

Uma vez que este ano, já não há possibilidade de realização física da obra, não há verba a cabimentar, por isso, só será necessário fazê-lo em:

2014600 000,00 já c/ IVA.

2015450 000,00 já c/ IVA.”

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com a abstenção do senhor Vereador Manuel António Rebelo Ferreira e os votos a favor do senhor Presidente e dos restantes senhores Vereadores presentes, manter a aprovação do projeto de execução então aprovado, com cabimentação da respetiva verba para a execução da obra, com fracionamento de verbas para 2014 e 2015, aprovando, ainda, as peças concursais, nomeadamente, programa de concurso e caderno de encargos, com as alterações a alguns dos artigos do caderno de encargos, conforme proposto.

O senhor **Vereador Manuel António Rebelo Ferreira** proferiu a seguinte declaração de voto: *“Abstenho-me, nesta proposta, por considerar que não estou na posse de todas as informações e conhecimentos que me permitam decidir de modo esclarecido sobre o assunto. Só tive acesso ao processo durante a reunião o que inviabiliza o meu estudo e análise criteriosa. Contudo, após as explicações prestadas pelo senhor Presidente da Câmara, considero admitir que o “Programa e valorização e qualificação ambiental e territorial do património cultural, a executar na valorização e requalificação patrimonial do escadório da Nossa Senhora dos Remédios”, é uma mais-valia e um benefício para a comunidade geral. Todavia, atendendo às dificuldades económicas e financeiras do município, que são muitas e graves, tenho dúvidas sobre a prioridade deste investimento.”*

29-ASSUNTO: MUSEU DO ENTRUDO – CENTRO INTERPRETATIVO DA MÁSCARA IBÉRICA (COD. 41)

Presente à reunião a informação n.º 432/DOM, datada de 28 de outubro de 2013, que refere o seguinte:

“O projeto citado em epígrafe foi aprovado em reunião ordinária, de de 7 de Abril de 2009.

Presidente

Secretária

Naquela mesma data, foi autorizada a abertura do procedimento – concurso público, conforme alínea a) do artigo 19 do CCP.

Esta obra foi candidatada a Fundos Comunitários, através do ON2 – O NOVO NORTE – Turismo Douro – Infraestrutural na tipologia 4 – Património Histórico-Cultural , candidatura essa que não foi até ao fim.

Há, agora, possibilidade de candidatar esta obra através do ON2 – O NOVO NORTE - Programa Operacional Regional do Norte – Eixo III – Valorização e Qualificação Ambiental e Territorial na tipologia - Criação de centros interpretativos de património cultural e criação, remodelação e instalação de serviços de apoio ao visitante.

O aviso foi colocado a 8 de outubro de 2013. A apresentação desta e de outras candidaturas termina dia 8 de novembro.

Nessa data e para provar a maturidade da candidatura, deverá ser apresentada cópia do Diário da República que prove que o procedimento público já avançou.

Assim, solicito que superiormente se decida, se, se mantém a aprovação do projeto de execução e, agora, as peças concursais: programa de concurso e caderno de encargos.

Propõe-se ainda que se cabimente a verba para a execução da obra, com fracionamento para 2014 e 2015, uma vez que esta operação termina em Junho de 2015.

Propõe, ainda, a aprovação dos seguintes pontos:

1 – Atual verba para a execução da obra é de 1.038.368,45 €, acrescidos do IVA, ou seja, 1.100.670,50 €

2 – Que se considere que o preço total resultante de uma proposta é anormalmente baixo, quando vier 25% abaixo do custo indicado em 1).

3 – Critério de adjudicação:

b) do n.º 2 do art. 74 do CCP ou seja o PREÇO MAIS BAIXO;

4 – Alvará de empreiteiro de obras públicas :

Empreiteiro de construção tradicional – Edifícios de construção tradicional

5 – Prazo para apresentação das propostas: 11 dias

6 – De acordo com o n.º 1 do art. 67 do CCP o órgão competente para a decisão de contratar deve indicar um júri, constituído no mínimo de 3 elementos (sempre n.º ímpar) e dois suplentes.

Presidente

Secretária

Sugiro os seguintes técnicos: Maria de Lourdes Figueiredo, Eng.ª, Madalena Marques Pinto, Eng.ª Civil, Margarida João Marinho, Eng.ª Eletrotécnica, André do Cabo Pires, Eng.º Civil e Cláudia Dias, Enga. Civil, Dr.º Orlando Vítor Fernandes Nunes, consultor jurídico.

A hierarquia ou outros nomes, serão indicados pela Câmara.

7 – Prazo de execução – 12 meses.

Uma vez que este ano, já não há possibilidade de realização física da obra, não há verba a ocabimentar, por isso só será de cabimentar em:

2014600 000,00 já c/ IVA

2015450 000,00 já c/ IVA.”

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com as abstenções dos senhores Vereadores Manuel António Rebelo Ferreira e Armínio José Teixeira Mendes, e os votos a favor do senhor Presidente e dos restantes senhores Vereadores presentes, manter a aprovação do projeto de execução com as respetivas peças concursais, com cabimentação da respetiva verba para a execução da obra, com fracionamento de verbas para 2014 e 2015, aprovando, ainda, as alterações a alguns dos artigos do Caderno de Encargos, conforme proposto.

O senhor **Vereador Manuel António Rebelo Ferreira** proferiu a seguinte declaração de voto: *“Abstenho-me, nesta proposta, por considerar que não estou na posse de todas as informações e conhecimentos que me permitam decidir de modo esclarecido sobre o assunto. Só tive acesso ao processo durante a reunião o que inviabiliza o meu estudo e análise criteriosa. Contudo, após as explicações prestadas pelo senhor Presidente da Câmara, considero admitir que o “Museu da Máscara”, é uma mais-valia e um benefício para a comunidade geral. Todavia, atendendo às dificuldades económicas e financeiras do município, que são muitas e graves, tenho dúvidas sobre a prioridade deste investimento.”*

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 49º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, inscreveram-se para intervir os seguintes munícipes:

Presidente

Secretária

- 1- Fausto da Silva Ribeiro, Membro da Assembleia de Freguesia de Magueija, Bigorne e Pretarouca e Presidente da Assembleia Geral da Associação para o Desenvolvimento Social, Cultural e Desportivo de Magueija;
- 2- Gilberto Ribeiro da Silva, Presidente da União de Freguesias de Magueija, Bigorne e Pretarouca;
- 3- Bernardete Rua Leal, residente em Magueija;
- 4- Amândio do Carmo Fonseca, Presidente da Associação pela Infância e Terceira Idade de Lamego;
- 5- António Joaquim Silva Porfírio, residente em Lalim;
- 6- Jaime da Conceição Xavier, residente na Foz, Ferreiros de Avões.

1-Tomou a palavra o senhor **Fausto da Silva Ribeiro**, solicitando ao senhor Presidente da Câmara esclarecimento sobre o ponto n.º 14 da ordem de trabalhos desta reunião, em primeiro lugar, porque achou estranho que este assunto venha a apreciação e votação desta Câmara, em segundo lugar, afirmou que sempre conheceu o senhor Presidente da Câmara como sendo uma pessoa séria, honesta e competente, o que mantém, em terceiro lugar prestou alguns esclarecimentos para que fosse tido em linha de conta na hora da votação que, no dia 14.03.2012, foi concebida a Associação para o Desenvolvimento Social, Cultural e Desportivo de Magueija, da qual é Presidente da Assembleia Geral e no mês de Novembro de 2012, foi solicitado à então Presidente da Junta de Freguesia de Magueija, D. Liliana Monteiro, instalações para a atividade da referida associação, não tendo sido obtida qualquer resposta. Passado algum tempo marcaram uma audiência com o senhor Presidente da Câmara, onde ouviu as queixas e onde afirmou que as escolas pertenciam à Câmara Municipal, mas não tomaria nenhuma decisão sem contactar a senhora Presidente da Junta, ficando de dar uma resposta, resposta essa que continuam a aguardar. Afirmou que não compreende a mudança súbita de querer entregar as instalações a outras entidades, dizendo que se as referidas instalações não forem entregues à atual Junta, disse recusar-se a pensar que se trata de uma medida de retaliação pelo facto da nova Junta de Magueija, Bigorne e Pretarouca ter sido ganha pelo Partido Socialista. Por tudo o que expôs solicitou à Câmara Municipal que retire estes pontos da ordem de

Presidente

Secretária

trabalhos e que este assunto seja resolvido a contento da Associação para o Desenvolvimento Social, Cultural e Desportivo de Magueija.

2- De seguida tomou a palavra o senhor **Gilberto Ribeiro da Silva**, que confirmou as palavras do senhor Fausto da Silva Ribeiro afirmando que tiveram uma reunião com o senhor Presidente da Câmara onde pediram instalações para a associação que foi criada em Magueija, na altura em que era Presidente da Junta a D. Liliana Monteiro e que era sempre bom consultar primeiro a Presidente da Junta, embora as escolas pertencessem à Câmara Municipal. Que ficaram a aguardar decisão e que até à data não tiveram acesso a nenhuma instalação. Ora, agora com a sua tomada de posse teve depara-se com uma situação embaraçosa, pois ao pedir as chaves das escolas, não só a anterior Presidente da Junta se recusou a entregá-las, bem como lhe disse que as instalações são para uma outra associação, que foi criada posteriormente. Pensa que se trata de um ato insólito havendo uma dualidade de critérios, pois a sua associação que é mais antiga não tem direito a instalações e, posteriormente, é criada outra que tem direito às duas escolas. Apelou, portanto, à Câmara Municipal que em consciência tomassem a melhor decisão quanto a esta questão.

3- Tomou, de seguida a palavra a senhora **Bernardete Rua Leal**, que começou por saudar o novo Executivo Camarário, afirmando que intervinha na qualidade de sócia e colaboradora voluntária da Associação para o Desenvolvimento Social, Cultural e Desportivo de Magueija, da qual gosta muito e que tem por objetivo o desenvolvimento da sua terra que é Magueija, mas que em vinte anos não viu nenhum desenvolvimento. Referiu que a referida associação tem necessidade de uma sede para concretização dos seus objetivos, sendo que as suas atividades podem ser vistas através de vídeos, disponíveis na internet. Solicitou, por isso, que o Executivo Camarário decidisse de uma forma imparcial e que nada fosse feito sem ouvir primeiro o atual Presidente da Junta de Freguesia.

Tomou a palavra o senhor **Vereador Manuel António Rebelo Ferreira** que começou por dizer que, pelos factos que foram agora transmitidos pelos intervenientes, existem várias entidades que desejam o espaço das escolas para instalação das suas sedes. Foi, ainda, referido que o Presidente da Associação

Presidente

Secretária

para o Desenvolvimento Social, Cultural e Desportivo de Magueija solicitou a esta Câmara uma sala para instalação da sede numa das escolas ao qual o senhor Presidente da Câmara terá dito que as escolas eram da responsabilidade da senhora Presidente da Junta, embora a gestão fosse da Câmara e que iria falar com a senhora Presidente da Junta. Portanto, acham estranho como é que agora a atual Junta de Freguesia não tenha sido ouvida neste processo dos contratos de comodato que estão na ordem do dia. Por isso, apela para que o senhor Presidente da Câmara dentro da sua sensatez, seja sensível a esta matéria e possa retirar estes assuntos da ordem de trabalhos, para que possam ser analisados de uma forma mais rigorosa, tendo em consideração os diversos pedidos que foram formulados.

De seguida, tomou a palavra o senhor **Vereador Armínio José Teixeira Mendes** para, em relação a este assunto, dizer que veio, ontem, ao Município de Lamego solicitar todos os documentos de suporte a estes contratos de comodato, e ficou surpreendido por não existir nenhum pedido da associação a dizer que pretendia aquelas instalações, ficando também surpreendido por não haver uma opinião expressa, quer seja da anterior Presidente da Junta, quer seja do atual Presidente da Junta. Em sua opinião, julga não ser correto pois a presença da povoação de Magueija nesta reunião pública significa uma participação ativa da população e um ato de cidadania o que diz ser de louvar. Por isso subscreve as palavras do senhor Vereador Manuel Ferreira, para que os pontos relativos aos contratos de comodato sejam retirados da ordem do dia, para serem analisados pormenorizadamente, atendendo ao que aqui foi exposto, para que assim sirva toda a população de Magueija e não só parte da população.

O senhor **Presidente da Câmara Municipal** começou por se regozijar pela presença de todos na reunião pública de Câmara Municipal, mas entende que é um mau começo para a nova Junta de Magueija, porque mostra uma freguesia dividida, dividida entre a anterior gestão e a nova, entre um conjunto de instituições que também fazem parte da freguesia e que estão no terreno e outras que se querem afirmar. Afirmou que, quando se reuniu com o senhor Gilberto Ribeiro da Silva pediu para procurarem entendimento e os entendimentos não se concretizaram, por isso a decisão que traz agora à

Presidente

Secretária

Câmara Municipal é a de dar prevalência a quem estava na altura na Junta de Freguesia e às instituições que estavam na altura já no uso das instalações, nomeadamente o rancho. Afirmou que, se o rancho não apresenta contas é um assunto interno do rancho que diz respeito à direção e aos seus associados. Para a Câmara interessa que existe e que possui um plano de atividades que é entregue anualmente e que tem presença anual nas Festas em Honra de Nossa Senhora dos Remédios.

Afirmou que a Câmara não interfere na gestão das associações, apoia atividades efetivas, apoia as atividades que são do interesse do Município, e as atividades de todas as associações que apresentam um plano de atividades de interesse municipal e fazem-no com base em critérios justos e equitativos. Obviamente que não são apoiadas situações que têm natureza política e que nascem para se opor a outras instituições já existentes. O rancho de Magueija existe formalmente, tem um plano de atividades entregue na Câmara, é um parceiro importante anualmente para as Festas dos Remédios, mas isso não exclui as parcerias de atividades que outras associações, como esta, venham a apresentar. Mas existe um compromisso com essas instituições.

Por isso, propôs a retirada e a suspensão destes pontos da ordem de trabalhos, para que seja encontrada uma solução que sirva a todos.

4- Interveio o senhor **Amândio do Carmo Fonseca** para se referir à situação em que se encontra a APITIL - Associação para a Infância e Terceira Idade de Lamego que desenvolve uma atividade sem fins lucrativos. Referiu que a Câmara teve a boa vontade de aprovar a atribuição de um subsídio à APITIL que serviu para pagar alguns salários que estavam em atraso aos funcionários. No entanto, ainda estão por pagar 4 meses e, por isso, solicitou à Câmara Municipal que, com a maior brevidade, fosse pago o restante subsídio e a parte que foi retida pela dívida da água. Referiu que o senhor Eng. José Pereira conhece bem os problemas sociais pois como Vice-Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lamego tem desempenhado um bom papel, embora a Instituição que tem um grande património não tenha problemas financeiros.

Tomou a palavra o senhor **Vereador Armínio José Teixeira Mendes** para, em primeiro lugar, dizer que conhece o senhor Amândio do Carmo Fonseca e a

Presidente

Secretária

APITIL que é uma associação que tem desenvolvido um trabalho meritório dentro da cidade, não só no apoio às pessoas idosas ao dar-lhe melhor qualidade de vida, como às próprias crianças que estão nos infantários. Conhece também as pessoas que lá trabalham que tem uma grande dedicação e empenhamento pela associação e que, neste momento, com todas as dificuldades e problemas que se vivem, tem tentado dar o seu melhor para que a APITIL continue a evoluir e a prestar um serviço que julga ser fundamental, neste momento, na cidade de Lamego que é o da solidariedade social especialmente às camadas mais idosas. É evidente que tem de se ter em linha de conta o ambiente de competitividade, como referiu o senhor Presidente da Câmara, por isso mesmo está disponível, como vereador, para visitar as instalações da APITIL, conversar com o senhor Amândio e ver quais são os seus problemas, analisá-los e tentar encontrar soluções de forma a que a APITIL possa dar o seu contributo por esta cidade como sempre deu.

Tomou a palavra o senhor **Vereador Manuel António Rebelo Ferreira** para referir que a APITIL é uma associação extremamente importante do ponto de vista social tem desenvolvido um papel relevante em varias áreas como sejam na infância, no apoio domiciliário com os idosos, tem um trabalho meritório e, por isso, afirmou que por parte dos vereadores do Partido Socialista estão disponíveis para acompanhar a atividade da APITIL, estão disponíveis para ouvir os seus problemas, as preocupações da instituição e encontrar as melhores soluções e mais viáveis para que a APITIL possa tomar um novo rumo e possa estar novamente ao serviço de todos os cidadãos do concelho e, portanto, deixa aqui a sua recetividade e disponibilidade.

Tomou a palavra o senhor **Vice-Presidente da Câmara** começando por afirmar que é com grande humildade e forte sentido de responsabilidade que irá trabalhar com muito empenho e dedicação para que, efetivamente, em Lamego se viva cada vez melhor. Agradeceu as amáveis palavras do senhor Amândio, e relativamente à APITIL referiu que é uma instituição que tem desempenhado um papel social muito importante no concelho de Lamego, e as questões sociais vão ser mais importantes no período que se atravessa. Uma vez que foi referida a situação financeira da Santa Casa, não podia deixar de dizer, na qualidade de Vice-Provedor da instituição, que o património é só um legado do passado e,

Presidente

Secretária

portanto, é uma obrigação moral deixá-lo, ainda, melhor para o futuro. Há que separar aqui duas questões, uma é o património, a outra é a gestão corrente da instituição. Quanto à gestão corrente da Santa Casa da Misericórdia afirmou que tem sido política da Mesa Administrativa equilibrar as receitas com as despesas, continuando assim, a manter o património. E, tal como foi dito pelo senhor Presidente, compete à Câmara apoiar pontualmente as associações em aspetos que permitam o seu crescimento, para cada vez prestarem o melhor serviço aos seus utente e/ou à comunidade em geral.

O senhor **Presidente da Câmara Municipal** referiu que relativamente ao apoio que foi atribuído à APITIL existe uma diferença, de facto, em relação aos montantes da dívida da água que foram deduzidos ao subsídio que foi atribuído à APITIL, isso está em análise nos serviços e logo que seja informado e desde que a proposta dos serviços seja favorável será pago à APITIL.

Em relação a um apoio mais vasto à APITIL face ao tipo de problemas que enfrenta, referiu que têm de ser justos e equitativos, em relação a outras instituições que também gostariam de receber subsídios, porque se a Câmara vai subsidiar as instituições para tudo o que elas fazem atendendo aos défices que têm, a Câmara não teria capacidades financeiras para isso nem é a sua competência, até porque a APITIL já é beneficiada em relação a outras, pois está instalada num edifício pertencente à Câmara e não tem qualquer gasto com eletricidade.

Afirmou que ficou muito satisfeito com o voluntarismo dos senhores vereadores que se prontificaram para visitar o senhor Amândio do Carmo Fonseca e ajudar a encontrar uma solução viável para o problema da APITIL, ficando a aguardar o resultado dessas diligências com muita expectativa.

5- Interveio o senhor **António Joaquim Silva Porfírio** para, na qualidade de representante da população do Lugar de Ribelas, da freguesia de Lalim, se referir a uma carta que entregou na Câmara Municipal, datada de 4 de fevereiro de 2013, e que é relativa a uma plantação de cedros que serve de vedação a uma propriedade. Referiu que os cedros têm cerca de dois metros de altura, espaçados de 40cm, num comprimento de cerca de 500m na extensão da via pública. Afirmou, ainda, que a plantação está a ser levada a cabo por um

Presidente

Secretária

particular, à revelia e sem qualquer autorização ou licença emitida por este Município. Por isso, solicitou ao senhor Presidente da Câmara para que mande ao local os serviços de Fiscalização, a fim de ser suspensa a plantação que está a por em causa o interesse público, uma vez que se está a ocupar a via pública e tira visibilidade à via pública.

O senhor **Vereador Manuel António Rebelo Ferreira** questionou o senhor Presidente da Câmara se não haveria outra solução para poder minimizar estes impactos visuais e optar-se por uma solução que pudesse minimizar os interesses do proprietário e que não prejudicasse a população.

O senhor **Presidente da Câmara Municipal** esclareceu o senhor António Porfírio afirmando que a plantação foi autorizada pela Câmara Municipal e que tinha sido proposta, inclusive, pelo anterior Presidente da Junta de Freguesia de Lalim, no sentido de obter do particular a construção do muro de suporte à estrada e juntamente com o muro de suporte fazer a plantação de uma sebe de cedros de vedação visual da sua propriedade, não havendo outra solução a não ser que cheguem a um entendimento no local, sem prejudicar ninguém.

6- Por último, tomou a palavra o senhor **Jaime da Conceição Xavier**, começando por dar as boas vindas ao novo executivo Camarário, e dar conta, uma vez mais, do mau estado em que se encontra o Caminho que liga o Lugar de Foz de Baixo ao Lugar de Lamas, Cambres, solicitando o seu calcetamento em cubos, para que seja possível passar ao menos uma viatura. Referiu que sempre que é necessária a passagem de um automóvel tem de pedir autorização ao senhor Carneiro, até para passar uma ambulância tem de pedir autorização.

Referiu também que, na Rua do Miradouro, um particular construiu uma casa, situada na EN 226, no seguimento para S. Geão, sendo a última casa do lado direito, onde deixou duas pedras a tapar o caminho público.

O senhor **Presidente da Câmara Municipal**, usou da palavra, começando por informar o senhor Jaime da Conceição Xavier que, em relação ao caminho, é impossível acudir a todo o lado ao mesmo tempo, havendo necessidade de estabelecer prioridades. Mais informou que existem caminhos que estão abandonados há muitos anos, tornando-se difícil, quer pelo custo dos trabalhos,

Presidente

Secretária

quer pela justificação de se estar a intervir em caminhos que têm pouco ou nenhum uso, em detrimento de outros que são absolutamente necessários.

Em relação às pedras deixadas pelo particular a tapar o caminho público, sito na EN 226, no seguimento para S. Geão, os serviços de fiscalização irão ao local averiguar a situação.

30-ASSUNTO: MINUTA (COD 03)

Proposta do senhor Presidente da Câmara Municipal para aprovação em minuta dos assuntos deliberados na presente reunião.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

31-ASSUNTO: TERMO (COD 60)

O senhor Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião às doze horas e quarenta e cinco minutos, da qual foi lavrada esta ata, que vai ser assinada por si e pela Assistente Técnica do Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais, Mabilde Rosa Pinto Lopes.

O Presidente,

A Secretária